

REVEL NA ESCOLA: PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Simone Sarmento¹

simone.sarmento@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO²

Há várias políticas relacionadas às línguas estrangeiras³ no país ocupando espaços em diferentes instituições escolares. Alguns exemplos são os Referências Curriculares dos Estados⁴ e Municípios, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁵, as Orientações Curriculares do Ensino Médio⁶, o Idiomas sem Fronteiras⁷, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros. Há também a Base Nacional Comum Curricular⁸ que está sendo construída mediante consulta pública. Neste texto, todavia, vou me debruçar sobre o PNLD, por ser uma política pública que pode contribuir muito para o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas.

O PNLD pode ser definido como uma Política Educacional Linguística (PEL) uma vez que, segundo Shohamy (2006), as PELs referem-se a práticas linguísticas nos sistemas educacionais e a decisões relativas às línguas nos mais variados contextos educacionais.

¹ Doutora em Letras. Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

² Agradeço imensamente a Denise Von Der Heyde Lamberts, Gabriel de Ávila Othero, Larissa Goulart da Silva, Lívia Pretto Mottin e Márcia da Silva Viegas pela leitura e comentários feitos a este texto.

³ Schlatter e Garcez (2009) preferem o termo “língua adicional” no lugar de língua estrangeira devido ao acréscimo que as línguas inglesa e espanhola trazem para quem se ocupa delas e por serem línguas que, muitas vezes, estão a serviço da comunicação entre pessoas de diversas culturas e nacionalidades, sendo difícil definir claramente quem são os nativos ou os estrangeiros. Concordo com a posição dos autores. Entretanto, utilizarei “língua estrangeira” neste texto por ser esta a forma utilizada nos documentos aqui referidos.

⁴ Por exemplo, os Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul. Disponíveis em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol1.pdf Acesso em: 30 nov 2015.

⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf Acesso em: 29 nov. 2015.

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf Acesso em: 29 nov. 2015

⁷ Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/> Acesso em: 29 nov. 2015

⁸ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 29 nov. 2015

Dentre essas decisões, estão questões relacionadas às línguas que devem ser ensinadas na escola; à idade ideal para começar a ensiná-las; ao número de anos de ensino; ao número de horas semanais de ensino; às pessoas habilitadas a ensiná-las; aos métodos e materiais utilizados no processo; e aos encaminhamentos dados para cada componente. O PNLD de Língua Estrangeira Moderna (PNLD-LEM) se encaixa, portanto, como uma PEL, na medida em que se trata de um recurso pedagógico para ser utilizado nas aulas de inglês e espanhol, em escolas públicas, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Assim como qualquer política pública, o PNLD não se limita aos seus documentos, ou seja, edital de lançamento do Programa, Guia do Livro Didático, entre outros. Tampouco se limita às suas coleções didáticas. São os professores, nas suas práticas cotidianas, que dão vida ao Programa, sendo, dessa forma, tão importantes quanto, por exemplo, os autores dos livros ou os formuladores dos editais.

2. HISTÓRICO E DETALHAMENTO DO PNLD

O primeiro programa de distribuição de livros didáticos (LD) no Brasil data de 1929⁹. Ao longo de todos esses anos, o programa teve diferentes denominações e formas de execução, passando, inclusive, por períodos de dificuldades financeiras quando houve um recuo na amplitude da distribuição. Foi somente em 1985 que o programa começou a se chamar Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a integrar os professores como parte do processo, garantindo-lhes o direito de escolher o livro a ser adotado em sala de aula. Em 1996, em parceria com as universidades públicas, iniciou-se o processo de avaliação pedagógica dos livros e, pela primeira vez, foi publicado o Guia do Livro Didático (GLD). A partir de 1997, a responsabilidade pela execução do programa passou a ser do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O componente curricular Língua Estrangeira Moderna (PNLD-LEM) foi incluído no programa em 2011, com livros de inglês e espanhol. Essa inclusão foi um marco para o ensino de línguas no país, pois alunos e professores passaram a ter, desde então, acesso a LDs gratuitamente.

Diferentemente do PNLD de outras áreas, o PNLD-LEM oferece livros de caráter consumível aos alunos. Isso significa que os exemplares são repostos todos os anos e são entregues aos alunos para que eles possam completar os exercícios e fazer anotações no próprio livro. Diferentemente dos consumíveis, os livros reutilizáveis devem ser devolvidos

⁹ Para um histórico completo do PNLD, visite o *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 21 de nov. 2015.

no final do ano letivo, para que outros alunos possam utilizá-los nos anos seguintes. Além disso, os LDs de LEM possuem CD de áudio, o que possibilita maior autonomia aos alunos.

Um ciclo¹⁰ do PNLD dura três anos, conforme o Quadro 1:

Ciclo do PNLD	Exemplo – PNLD 2014
1-Adesão das escolas ao PNLD	2011
2-Publicação dos Editais	2011
3-Inscrição das editoras	2011
4-Triagem e Avaliação ¹¹	2º semestre 2012 1º semestre 2013
5-Publicação do Guia do Livro Didático	1º semestre 2013
6-Escolha do livro por professores e gestores	1º semestre 2013
7-Pedido\Formalização da escolha dos livros	1º semestre 2013
8-Aquisição das obras pelo FNDE	2º semestre 2013
9-Produção das obras pelas editoras	2º semestre 2013
10-Análise de Qualidade Física pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas	2º semestre 2013
11-Distribuição dos livros às escolas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	2º semestre 2013
12-Recebimento dos Livros nas escolas	Outubro 2013 a Fevereiro 2014
13-Início do uso nas escolas	Fevereiro 2014

Quadro 1: Ciclos do PNLD

Fonte: FNDE¹²

Como pode ser observado no Quadro 1, o processo como um todo conta com vários parceiros, desde professores e gestores escolares, passando pelo próprio FNDE, Correios, entre outros. As etapas marcadas em cor laranja são aquelas que requerem a ação de professores/gestores. As escolas receberão a mesma coleção do PNLD-LEM por três anos. Dessa forma, é importante que professores realizem uma escolha informada, procurando a obra que melhor se adeque ao projeto da escola.

O Quadro 2 traz informações sobre obras apresentadas e aprovadas nas quatro edições do PNLD-LEM desde 2011.

¹⁰ Um ciclo corresponde à validade de um edital.

¹¹ As coleções inscritas passam primeiramente por uma triagem com relação a exigências técnicas e físicas do edital pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). As selecionadas são encaminhadas à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o GLD.

¹² Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>. Acesso em: 10 de nov. 2015.

Edital	Número de obras apresentadas para o processo de avaliação pedagógica	Número de obras aprovadas	Título das obras aprovadas
PNLD 2011 – Anos Finais do Ensino Fundamental	37 26 de inglês 11 de espanhol	2 inglês	-Keep in Mind -Links – English for Teens
		2 espanhol	-Español Entérate ! -SaLudos – curso de Lengua EspañolLa
PNLD 2012 – Ensino Médio	32 20 de inglês 12 de espanhol	7 inglês	-English for All -Freeway -Globetrekker – Inglês para o Ensino Médio -On Stage -Prime – Inglês para o Ensino Médio -Take Over -Upgrade
		3 espanhol	-El Arte de Leer Español -Enlaces - Español para Jóvenes Brasileños -Síntesis – Curso de Lengua Española
PNLD 2014 – Anos Finais do Ensino Fundamental	36 21 de inglês 15 de espanhol	3 inglês	-Alive! - It Fits -Vontade de Saber inglês
		2 espanhol	-Cercania -Formación en Español: Lengua y Cultura
PNLD 2015 – Ensino Médio	27 14 de inglês 13 de espanhol	4 inglês	-Alive High -High Up -Take Over -Way to Go!
		2 espanhol	-Cercanía Joven -Enlaces

Quadro 2: Obras apresentadas e selecionadas no PNLD-LEM

Fonte: GLD (BRASIL 2010, 2011, 2013, 2014)

Nota-se, assim, que, das 132 coleções submetidas à avaliação pedagógica¹³, apenas 25 foram aprovadas, totalizando menos de 18,9% de aprovação, índice que pode ser considerado baixo, quando comparado com os mais de 50% de aprovação média de língua portuguesa, por exemplo. Como não é possível termos acessos a informações relacionadas às obras que foram reprovadas para conhecermos seus conteúdos, podemos apenas concordar com Sarmiento e

¹³ Mais informações sobre a avaliação pedagógica serão fornecidas em seções subsequentes.

Silva (2012) ao sugerirem que a causa de tantas reprovações se deve, provavelmente, aos pressupostos teórico-metodológicos estabelecidos pelos editais do PNLD que se configuram, em sua essência, como distintos daqueles que constituem os LDs tradicionais.

Se por um lado não temos acesso a todas as obras submetidas, por outro, podemos conhecer os critérios utilizados pelos avaliadores (professores de universidades e escolas públicas) para julgarem as obras. Esses critérios são primeiramente divulgados nos editais¹⁴, que têm por objetivo “convocar editores para o processo de aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores (...) das escolas públicas federais e as que integram as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal” (BRASIL, 2014, p. 1).

Apesar de as diretrizes não se modificarem inteiramente de uma edição para outra, sempre há alterações, muitas vezes para acomodar sugestões dos próprios professores e usuários dos LDs. Essas mudanças ajudam a explicar o porquê de uma obra aprovada, por exemplo, no edital de 2011, não aparecer entre as aprovadas no edital seguinte, de 2014¹⁵.

3. GUIA DO LIVRO DIDÁTICO - AVALIAÇÃO E ESCOLHA DAS OBRAS

Os editais do PNLD estabelecem as regras para a inscrição do livro didático e têm como público-alvo os editores, enquanto o Guia do Livro Didático (GLD) é o documento do PNLD que se dirige diretamente aos professores. O GLD apresenta as resenhas das coleções aprovadas, os critérios comuns e específicos norteadores da análise e, ainda, a reprodução das fichas utilizadas na avaliação pedagógica das obras. Essas informações servem para auxiliar o professor a escolher a coleção aprovada que melhor se adeque a seu contexto de ensino. A etapa da escolha do LD é importantíssima e deveria ser realizada em conjunto com os demais professores da escola, tanto de línguas quanto de outros componentes curriculares, visto que, diferentemente de um curso de línguas, onde nossos pares são também professores de línguas, na escola regular, nossos pares são todos os professores de uma escola. Dessa forma, facilita-se um trabalho integrado com os outros componentes curriculares.

Anterior à publicação do GLD, os avaliadores (professores de universidades e escolas públicas) trabalham com uma “Ficha de avaliação” que reúne critérios gerais e específicos, de

¹⁴ Por exemplo, EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO- PNLD 2017. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/6228-edital-pnld-2017>. Acesso em: 21 de nov. 2015

¹⁵ Naturalmente aqui estou apenas presumindo que as obras aprovadas em 2011 foram reapresentadas, mas não aprovadas. Não houve repetições nas obras aprovadas entre os dois editais de EF (2011 e 2014); assim, ou as coleções não foram apresentadas novamente ou, se foram, não foram aprovadas.

forma a garantir um instrumento que permita o registro de suas observações sobre cada volume e elemento da coleção (*Livro do Aluno*, *Manual do Professor*, CD em áudio, DVD e Livro Digital). Os critérios eliminatórios comuns a todas as áreas explicitados nos GLDs (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014) são os seguintes:

- respeito à legislação e aos preceitos éticos relativos aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio;
- coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos estabelecidos;
- ausência de problemas de correção;
- atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- adequação das propostas do *Manual do Professor* à concepção que se manifesta no *Livro do Aluno*.
- coerência do projeto gráfico com a proposta didático-pedagógica explicitada e sua adequação ao público previsto.

O GLD para o EM (BRASIL, 2014) inclui critérios adicionais:

- respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos.
- pertinência e adequação do *Livro Digital* ao projeto pedagógico e ao livro impresso.

Além disso, os GLDs apresentam critérios específicos eliminatórios para o componente curricular LEM. Esses são bastante numerosos; os pontos abaixo são um breve resumo dos pressupostos:

- concepção que permita aos alunos romper estereótipos, superar preconceitos, criar espaços de convivência com a diferença que auxiliem na promoção de novos entendimentos das suas próprias formas de organizar, dizer e valorizar o mundo;
- foco na formação do leitor crítico, viabilizando o acesso a diversas situações de uso da língua, bem como de seus propósitos sociais;
- valorização da pluralidade do patrimônio socio-cultural brasileiro, bem como dos aspectos socioculturais de outros povos;
- língua como portadora de sentimentos, valores e saberes profundamente atrelados a processos histórico-sociais muito diversificados;

- valorização do estudo da intertextualidade e do uso estético da linguagem;
- promoção de atividades pautadas no afeto, no lúdico e na criatividade;
- apresentação de uma variedade de gêneros do discurso, concretizados por meio de linguagem verbal, não verbal ou verbo-visual, caracterizadora de diferentes formas de expressão na língua estrangeira e na língua nacional.

Os referidos GLDs também apresentam diretrizes relacionadas aos tipos de tarefas preferidas para o trabalho com as quatro habilidades (ler, falar, ouvir, escrever), priorizando a integração entre elas. Além disso, as orientações para os avaliadores preconizam que as atividades de avaliação e de autoavaliação integrem os diferentes aspectos que compõem os estudos da linguagem, que busquem harmonizar conhecimentos linguístico-discursivos e aspectos culturais relacionados à expressão e à compreensão na língua estrangeira.

Ademais, sabe-se que, apesar de não estar previsto nos documentos oficiais, as escolas frequentemente recebem exemplares diretamente dos editores para que possam realizar a análise detalhada do material¹⁶. Para que os professores possam realizar uma escolha informada, é importante, além de analisar o próprio livro (quando disponível), rever os critérios e ler as resenhas de todas as coleções aprovadas, tendo em mente algumas questões norteadoras sugeridas pelo GLD (BRASIL, 2014, p. 8). Essas questões incluem verificar, entre outros aspectos, a adequação da coleção quanto (1) ao Projeto Político Pedagógico; (2) aos fundamentos teórico-metodológicos; (3) à seleção e abordagem de conteúdos; (4) ao oferecimento de textos (escritos e orais) sobre temas apropriados aos interesses dos seus alunos e que possibilitem maior reflexão sobre o contexto social e regional; (5) ao nível das atividades com relação ao conhecimento prévio dos alunos e da língua estrangeira; (6) a um Manual do Professor condizente com os conhecimentos e crenças da equipe de professores.

Com uma escolha¹⁷ ajustada a cada contexto, pode-se garantir acesso a um material adequado do ponto de vista didático-pedagógico que poderá contribuir para alcançar melhores resultados de aprendizagem em sua sala de aula.

¹⁶ É preciso estar atento, pois há normas de conduta quanto ao tipo de relação que uma editora pode ter com as escolas durante o período de escolha das coleções: no período que vai da divulgação do resultado preliminar da avaliação pedagógica até o final da temporada de escolha, os representantes dos editores ficam impedidos de acessar as dependências das escolas e secretarias para realizar divulgação dos títulos participantes e ficam proibidos de participar de eventos das escolas e secretarias destinados à realização das escolhas. Às escolas e secretarias não é permitido aceitar vantagens oferecidas pelos editores e seus representantes” (BRASIL, 2013b, p.1).

¹⁷ Para cada composição, deverão ser escolhidas duas obras, em 1a e 2a opção, de editoras diferentes. Para saber mais sobre as instruções para a escolha, consulte o *site* do FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/guia-pnld-2016>

4. MANUSEIO E USO DO LIVRO

Teoricamente, as escolas deveriam receber um LD por aluno, de forma que cada um tivesse o seu exemplar. Contudo, Sarmiento e Silva (2012 e 2013) verificaram que este nem sempre é o caso. Como a quantidade de livros por escola é calculada conforme o Censo Escolar de dois anos anteriores¹⁸ à distribuição dos livros, muitas vezes não há LDs suficientes para todos os alunos. Nesse caso, as escolas podem consultar as respectivas Secretarias de Educação com relação à reserva técnica, ou seja, saldos de livros para atender a novos alunos e turmas. Há também a possibilidade do remanejamento através do Siscort¹⁹, no qual excedentes de uma escola podem ser enviados para aquelas com falta de livros. Se, após esses procedimentos, ainda faltarem livros, pode-se recorrer a soluções criativas para driblar o problema, como, por exemplo, confiar um livro a cada dupla ou trio de alunos. O nome dos alunos responsáveis é escrito na capa do livro e, a cada aula, um aluno da dupla ou trio leva o LD para casa. Outra alternativa seria deixar os LDs em algum lugar seguro na escola, tendo o cuidado de sempre garantir que um mesmo aluno, ou grupo de alunos, utilize o mesmo livro. É muito importante que eles possam se utilizar dos espaços para anotações de forma a não perderem tempo tendo de copiar as atividades nos cadernos. Vale lembrar que, para muitos desses alunos, ter um livro sob sua responsabilidade, ainda que compartilhado, é uma novidade. Sarmiento e Silva (2012) verificaram que vários alunos viviam em lares pouco letrados, ou seja, praticamente sem livros. Dessa forma, o simples fato de terem o seu próprio exemplar já agregava ensinamentos para alunos e respectivas famílias. Em contrapartida, as autoras constataram que nem sempre os alunos podiam levar os LDs para casa, quer porque moravam muito longe e os livros pesavam muito na mochila, por não terem um local seguro para armazená-los, ou por não contarem com um ambiente adequado (sem iluminação, por exemplo) para realizarem as tarefas escolares. Assim, é pertinente informar-se o máximo possível sobre as diferentes realidades para melhor poder atender às diferentes necessidades discentes com relação ao uso do LD.

Outra prática bem sucedida contatada pelas autoras foram as oficinas de customização das capas dos livros. Ou seja, no início do ano letivo, os alunos revestem os LDs com estampas e capas de sua preferência. O fato de os estudantes atribuírem traços de suas identidades nos livros faz com que zelem mais pelo material. Essa é uma ideia interessante de

¹⁸ Ou seja, para o PNLD 2014, foram utilizadas as informações do censo de 2012, para o de 2015, o de 2013, e assim por diante.

¹⁹ <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-novo-siscort>

ser orientada em algumas situações, visto que nem sempre os alunos trazem esse hábito de casa em função de nunca terem tido a experiência de ter livros só seus.

Por fim, após todas essas etapas e cuidados para a escolha e uso do LD, é importante lembrarmos que o livro foi, em última análise, pensado e elaborado para servir como um recurso pedagógico, beneficiando os alunos em nome da aprendizagem de uma língua estrangeira. Nesse sentido, Sarmiento e Silva (2012 e 2013) e Silva e Sarmiento (2015) atentaram para algumas questões relacionadas aos conteúdos dos LDs. Alguns professores declararam que, de uma forma geral, os conteúdos eram muito difíceis para os seus alunos, o que os impedia de usar o livro. Além disso, Lamberts (2015) elencou desvantagens em usarmos um LD, que seriam 1) não suprem todas as necessidades de um grupo de alunos ou de cada indivíduo; 2) trazem, algumas vezes, temas irrelevantes ou desinteressantes aos alunos; 3) inibem a iniciativa de criação dos professores, fazendo com que haja desmotivação por parte dos alunos; 4) não levam em consideração a diversidade dos contextos em que serão aplicados, pois seguem sua própria metodologia de ensino/aprendizagem; entre outros.

Por outro lado, a mesma autora, enumera uma série de vantagens em usar um LD, que parecem exceder as desvantagens: 1) fornecem estrutura e *syllabus*; 2) são fontes de textos e tarefas prontas; 3) oferecem uma variedade de recursos para alunos e professores como: áudios, vídeos, manual do professor e livro de exercícios; 4) são fonte de diferentes modelos linguísticos para professores e alunos; 5) auxiliam na formação dos professores, especialmente iniciantes; 6) são visualmente atraentes; 7) apresentam-se como material para revisão e registro do que foi trabalhado; 8) reduzem o tempo de preparação de aulas, entre outras.

Assim, ao optar pelo uso de um LD, e após receber as coleções nas escolas, o próximo passo é conhecer bem o material. Apesar da conhecida sobrecarga de trabalho dos professores na educação básica, é importante que o professor se familiarize antecipadamente com o material que terá disponível durante os próximos três anos. É primordial lembrar que um LD não é uma camisa de força, cujos conteúdos e procedimentos devam ser seguidos à risca. Entretanto, quanto mais conhecemos uma obra, melhor uso poderemos fazer dela, evitando surpresas desagradáveis. Já podemos ver, de antemão: 1) quais textos são adequados para cada contexto de ensino; 2) se a ordem das unidades didáticas condiz com o planejamento da escola; 3) se os recursos linguísticos (gramática, vocabulário, etc.) são adequados; 4) quantas unidades podem ser trabalhadas tendo em vista o nível dos alunos e a carga horária da disciplina, entre outras questões. O Manual do Professor (MP) deveria ser também previamente estudado. Os MPs trazem ótimas dicas sobre como trabalhar determinado texto

ou ponto gramatical, por exemplo.

Já dentro da sala de aula, e tendo como princípio que o LD deve servir à comunidade escolar, e não o contrário, Lamberts (2015) sugere os seguintes tipos de adaptação:

- *Adicionar* – suplementar o LD acrescentando-se mais materiais a ele.
- *Deletar/Omitir* – processo oposto ao anterior, consiste em omitir desde uma parte de um exercício até uma unidade inteira do LD.
- *Modificar* – é qualquer modificação feita nas tarefas do LD.
- *Reordenar* – alterar a ordem com que os conteúdos ou as tarefas são apresentados no LD.
- *Substituir atividades* – deixar de usar uma atividade do LD e substituí-la por outra de outra fonte;
- *Simplificar* – este tipo de adaptação é similar à reescrita²⁰, no entanto, trata especificamente de tornar uma tarefa, uma instrução ou estruturas gramaticais mais simples para os alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um LD deve ser sempre encarado como um aliado à ação pedagógica do professor de línguas. Para isso, é importante o seu engajamento desde o momento da escolha dos livros, levando em consideração todos os recursos que podem ajudar nesta seleção, ou seja, critérios e resenhas do GLD, exemplares enviados pela editora (quando disponível), Projeto Político Pedagógico da escola, reuniões pedagógicas com colegas, etc.

Após a escolha e o recebimento do LD, o ideal é conhecer bem o material, de forma a realizar o planejamento anual, sempre lembrando que não há obrigatoriedade de utilizar todas as unidades, ou todas as atividades dentro de uma unidade e nem mesmo de utilizar as unidades ou atividades na ordem prevista pelos autores. É o livro que deve servir aos alunos e professores e não o contrário.

Com a inclusão do componente curricular LEM no PNLCD houve, enfim, uma equiparação das línguas estrangeiras aos outros componentes curriculares que já contavam com um LD há vários anos. Vamos, assim, aproveitar a oportunidade de ter um material que

²⁰ Reescrita é a ação de olhar para um texto que produzimos, verificar se está coerente ou confuso e revisá-lo, ou mesmo reescrevê-lo, até que seja considerado satisfatório.

pode facilitar o nosso trabalho como docentes e enriquecer o processo de aprendizagem do aluno, fazendo uso deste recurso da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, *Guia de Livros Didáticos PNLD 2011 Língua Estrangeira Moderna*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2349-guia-pnld-2011-%E2%80%933-anos-finais-do-ensino-fundamental> . Acesso em: 03 Fev. 2014.
2. BRASIL, *Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 Ensino Médio- Língua Estrangeira Moderna*. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio> . Acesso em: 30 Nov. 2015.
3. BRASIL, *Guia de Livros Didáticos PNLD 2014 Língua Estrangeira Moderna*. Brasília: MEC, 2013a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=8322:livro-linguaestrangeira> . Acesso em: 03 Fev. 2014.
4. BRASIL, *Orientações para o Registro da Escolha do PNLD 2014 6o ao 9o ano do Ensino Fundamental*: MEC, 2013b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014>. Acesso em: 03 Fev. 2014.
5. BRASIL, *Guia de Livros Didáticos PNLD 2015 Ensino Médio- Língua Estrangeira Moderna*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015> . Acesso em: 30 Nov. 2015.
6. LAMBERTS, Denise von der Heyde. *O livro didático de língua inglesa em uso : análise de pesquisas e observações de aula no programa idiomas sem fronteiras-inglês. Dissertação de Mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/130005>. Acesso em: 30 Nov. 2015.
7. SARMENTO, Simone; SILVA, Larissa Goulart. The Book is (not) on the Table: O Programa Nacional do Livro Didático no Cotidiano Escolar da Educação Linguística. *Anais Eletrônicos do 9º Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada*, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p. 1 – 16. 2012. Disponível em: http://www.alab.org.br/images/stories/alab/CBLA/ANAIS/temas/24_12.pdf . Acesso em: 29 Jun. 2014.

8. SARMENTO, Simone; SILVA, Larissa Goulart. A Reconfiguração do Programa Nacional do Livro Didático de Língua Estrangeira pelos Atores Sociais. *Anais Eletrônicos do 10º Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada*, Rio de Janeiro, RJ, v.2, n.1, p.1 -21, 2013. Disponível em: <http://www.alab.org.br/images/stories/alab/CBLA/ANAIS2013/sarmento-e-silva.pdf> . Acesso em: 03 Fev. 2014.
9. SILVA, Larissa Goulart; SARMENTO, Simone. A escolha do livro didático de língua estrangeira no Programa Nacional do Livro Didático. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, Brasília, v.14, n.1, 2015 (no prelo)
10. SCHLATTER, Margarete; GARCEZ, Pedro; Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). In: Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico. (Org.). *Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, v. 1, p. 127-172.2009. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_voll.pdf . Acesso em: 29 Jun. 2014.
11. SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. Oxon: Routledge. 2006.